

**Plano Anual de
Trabalho
Controladoria
Interna**



EXERCÍCIO 2024

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE ANGRA DOS REIS

R. Dr. Orlando Gonçalves, 231 - Parque das Palmeiras, Angra dos
Reis - RJ, CEP: 23906-540

Fone: (24) 3365-5260

Jediael Souza Estoduto

Presidente do Conselho de Administração

Renaldo de Sousa

Diretor Presidente

Aline Garcia

Controladora Interna

HISTÓRICO DE VALIDAÇÃO

Título Plano Anual de Trabalho	Autor Controladoria Interna	Elaborado em 13/12/2023
Aprovado por Conselho de Administração	Aprovado em 24/09/2024	Instrumento de Aprovação Ata da Reunião Ordinária do Conselho de Administração

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	4
2. FUNDAMENTAÇÃO	5
3. OBJETIVOS	5
4. MEIOS A DISPOSICÃO	6
5. FATORES CONSIDERADOS NA ELABORAÇÃO DO PLANO ANUAL 2024	6
6. SELEÇÃO DE AMOSTRAS	6
7. VIGÊNCIA	7
8. CRONOGRAMA.....	7
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	8
10. ENCAMINHAMENTO	8
11. QUADRO I – DETALHAMENTO DO PLANO DE TRABALHO 2024.....	9
12. QUADRO II – DETALHAMENTO DAS ATIVIDADES DE APOIO – CRONOGRAMA ANUAL 2024.....	34

1. INTRODUÇÃO

A Controladoria Interna, apresenta o PLANO ANUAL DE TRABALHO 2024, que estabelece o planejamento das ações de controle e demais atividades a serem realizadas no exercício de 2024, no âmbito do ANGRAPREV.

A Controladoria Interna, exercício de 2024, tem como principal finalidade consolidar, por meio de um cronograma, o direcionamento das atividades previstas até o final do ano, estabelecendo prioridades, dimensionando e racionalizando tempo ao nível da capacidade instalada, em termos de recursos humanos e materiais, procurando a partir de atividades planejadas, a realização de exames que identifiquem se os processos e sistemas administrativos e operacionais, das áreas priorizadas, estão sendo conduzidos, de acordo com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, legitimidade, economicidade e eficácia dando cumprimento as leis, normas e regulamentos aplicáveis.

Desta forma, deverá ser destacada a relação de atividades de controle interno que serão executadas ao longo do ano, sem, contudo, constituir-se em um relatório fechado que não possa sofrer modificações e inclusões em função de eventuais necessidades que apresentem prioridade no decorrer do ano.

Pretende-se com a execução das ações da Controladoria Interna, identificar se os controles são suficientes para garantir a confiabilidade e a efetividade dos procedimentos implantados nas diversas áreas, além de verificar o cumprimento das obrigações de *accountability*, permitindo assim, a formulação de recomendações que indiquem a melhoria contínua na gestão dos recursos públicos destinados para o desenvolvimento das atividades.

Os controles preventivos serão analisados ao tempo do ato, procedimento ou processo, tendo por fim verificar a legalidade na execução dos mesmos. Os demais controles analisarão os procedimentos a “posteriori” de sua realização e visam à conferência dos atos de gestão e sistema de controle, à aderência aos requisitos do programa de certificação Pró-Gestão RPPS e aplicação das demais normas pertinentes.

2. FUNDAMENTAÇÃO

Determina a Constituição Federal em seus artigos 31, 70 e 74, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) – oficialmente Lei Complementar nº 101/2000 – em seu artigo 59 que a fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

No ANGRAPREV, as atribuições do Controle Interno foram instituídas pela Lei Municipal nº 4.037 de 24 de setembro de 2021, que “Sintetiza a composição organizacional e de pessoal dos campos funcionais da Diretoria Executiva e suas competências, Divisões, Unidades e Núcleos, de acordo com os arts. 33 a 39, 69 e 70 da LC nº 179/2015 e com os arts. 90 a 96 do Regimento Interno do ANGRAPREV e dá outras providências”.

Além deste arcabouço jurídico, o Controle Interno da Autarquia deve obedecer às normas constantes nas Instruções Normativas TCE/RJ Nº. 001/2020, bem como as Leis 2.074, de 29 de dezembro 2008, Nº 4037, de 21 de dezembro de 2021, Nº 4129 de 29 de setembro de 2022 e Nº 4.350 de 29 de maio de 2024, as quais dispõem sobre reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS do Município de Angra dos Reis, cria Autarquia Previdenciária e dá outras providências.

3. OBJETIVOS

O Plano Anual de Trabalho da Controladoria Interna para o Exercício de 2024 tem por objetivos gerais:

- I. Acompanhar e apurar a lisura dos atos administrativos, principalmente aqueles que importem despesa para o erário;
- II. Garantir com razoável segurança a regularidade dos atos de gestão;
- III. Avaliar a eficiência e o grau de segurança dos sistemas de controles internos existentes;
- IV. Verificar a aplicação das normas internas, da legislação vigente e das diretrizes traçadas pela Administração, buscando um maior grau de conformidade dos atos de gestão;
- V. Avaliar a eficiência, a eficácia e a economia na aplicação e utilização dos recursos públicos, aperfeiçoando a gestão administrativa;
- VI. Verificar e acompanhar o cumprimento das orientações emitidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro - TCE/RJ, Secretaria de Previdência, Ministério Público, ou qualquer outro órgão de controle externo;

VII. Apresentar sugestões e oportunidades de melhoria após a execução dos trabalhos, visando à racionalização dos procedimentos e aprimoramento dos controles existentes e, em não havendo, implantá-los;

VIII. Aumentar a transparência da gestão;

IX. Emitir parecer sobre as Contas prestadas pela Diretoria Executiva;

X. Emitir pareceres sobre os processos de compras e gestão de contratos.

4. MEIOS A DISPOSIÇÃO

Atualmente, em termos de Recursos Humanos o Controle Interno do ANGRAPREV, é composta por servidor municipal de provimento efetivo, cedido pela Prefeitura e nomeado pelo Diretor-Presidente, e por um Agente Previdenciário de cargo de provimento efetivo do Quadro de Pessoal do ANGRAPREV.

5. FATORES CONSIDERADOS NA ELABORAÇÃO DO PLANO ANUAL 2024

O planejamento das atividades de controle que compõe este Plano, exercício de 2024, foi pautado, em especial, considerando os seguintes fatores:

I. Os meios materiais e a estrutura de Recursos Humanos da Controladoria Interna;

II. O arcabouço normativo que rege a Autarquia;

III. O planejamento estratégico anual e plano de ações anual;

IV. Determinações emanadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE/RJ;

V. Determinações emanadas pela Controladoria Geral do Município de Angra dos Reis – CGM, Ministério Público, ou qualquer outro órgão de controle externo;

VI. Orientações do Conselho Fiscal do ANGRAPREV;

VII. Determinações do Conselho de Administração do ANGRAPREV;

VI. Volume de trabalhos obrigatórios para cumprimento de normas legais.

6. SELEÇÃO DE AMOSTRAS

A seleção das amostras de processos administrativos, processos operacionais chaves e de apoio, empenhos, prestações de contas, processos licitatórios, processos de concessão e manutenção de benefícios e outros elementos alvo de fiscalização, análise, controle e acompanhamento levará em consideração os critérios da materialidade, relevância, criticidade e risco, sendo que:

I. Materialidade: representa o montante de recursos orçamentários ou financeiros/materiais alocados e/ou o volume de bens e valores efetivamente geridos em um específico ponto de controle, (unidade administrativa, sistema, contrato, atividade, processo, procedimento ou ação);

II. Relevância: significa a importância ou papel desempenhado por uma questão, situação ou unidade administrativa em relação à atividade desenvolvida pela municipalidade, ou ao processo e/ou procedimento realizado por órgão da administração direta do executivo municipal;

III. Criticidade: representa as situações críticas efetivas ou potenciais a serem controladas, identificadas em uma unidade organizacional alvo de fiscalização. Trata-se da composição dos elementos referenciais de vulnerabilidade, das fraquezas, dos pontos de controle com riscos operacionais latentes etc., podendo ser estabelecidos por critério desta Controladoria e/ou por conta de apontamentos anteriores de Controle Interno e Externo;

IV. Risco: possibilidade de algo acontecer e ter impacto nos objetivos de procedimentos, processos e ações do executivo, sendo medido em termos de consequências e probabilidades.

A quantidade de amostras ou a totalidade dos objetos de análise serão definidas caso a caso, conforme o tipo de documento ou o tipo de exame a ser realizado, bem como de acordo com o planejamento e as limitações de recursos humanos da controladoria interna.

7. VIGÊNCIA

Os trabalhos serão iniciados a partir do dia 01 de janeiro de 2024 e transcorrerão até o final do exercício financeiro de 2024.

8. CRONOGRAMA

O cronograma dos trabalhos do Controle Interno será realizado através de atividades de monitoramento, apoio e controles, conforme contido nos quadros anexos.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PLANO ANUAL DE TRABALHO DA CONTROLADORIA INTERNA – 2024 é um plano de ação, aderente a legislação aplicável e às orientações emanadas pelos órgãos de controle, elaborado pela Controladoria Interna do ANGRAPREV, com base nos riscos aferidos e de forma a priorizar a sua atuação preventiva.

Seu cronograma de execução não é fixo, podendo sofrer alterações em função de fatores imprevisíveis ou supervenientes, podendo ele ser alterado, suprimido em parte ou ampliado em função de fatores externos ou internos que venham a prejudicar ou influenciar sua execução no período estipulado.

Ademais, a definição de diretrizes e áreas de fiscalização prioritárias não impedirá a realização de fiscalizações fora do escopo traçado no Plano de 2024. O Plano Anual será constantemente aperfeiçoado no decorrer dos exercícios.

A Controladoria Interna poderá a qualquer tempo requisitar informações, independente do cronograma previsto, sendo que a recusa de informações ou o embaraço dos trabalhos será comunicada oficialmente ao Diretor-Presidente e citada nos relatórios produzidos, podendo ainda o servidor causador do embaraço ou recusa ser responsabilizado na forma da lei.

Os resultados das ações de controle serão levados ao conhecimento do Conselho de Administração e do Diretor Presidente do ANGRAPREV e dos responsáveis pelas áreas envolvidas para que tomem ciência e adotem as providências que se fizerem necessárias.

As constatações, recomendações e pendências farão parte dos relatórios da Controladoria Interna. Quando se fizer necessário, será solicitado parecer jurídico do procurador autárquico

10. ENCAMINHAMENTO

Por fim, submete-se este plano ao conhecimento e a divulgação no âmbito do ANGRAPREV.

Angra dos Reis – RJ, 13 de dezembro de 2023.

11. QUADRO I – DETALHAMENTO DO PLANO DE TRABALHO 2024

Item n° 1: Exame Específico do Regime Próprio de Previdência Social		Item regular?		Data verificada	Evidência	Plano de Ação	Setor Resp.
		S	N				
1	O Regime Previdenciário foi criado por lei de iniciativa do Poder Executivo?	X		23/09/2024	Legislação municipal e atos normativos publicados na página eletrônica do ANGRAPREV, que incluem a estrutura organizacional do órgão de gestão e os órgãos colegiados (Comitê de Investimentos, Conselho de Administração e Conselho Fiscal)	Não aplicável.	Procuradoria
2	O pagamento de aposentadorias e/ou pensões é realizado pelo regime próprio de previdência?	X		23/09/2024	Os pagamentos dos servidores ativos, aposentados e pensionistas, foram realizados mensalmente de acordo com o calendário de pagamento e extrato de pagamentos publicados no portal do Angraprev.	Manter os pagamentos dos servidores ativos, aposentados e pensionistas, em conformidade com o calendário de pagamento do Poder Executivo Municipal e realizar qualquer revisão que seja motivada e embasada por Parecer Jurídico.	Diretoria de Benefícios
3	Foi realizada avaliação atuarial referente ao exercício em exame?	X		27/08/2024	Foi encaminhado até a data de 31/03/2024.	Verificar que o DRAA seja encaminhado até o dia 31/03, conforme legislação pertinente.	Diretoria Financeira
4	Foram adotadas as medidas propostas pelo atuário no exercício anterior para cobrir déficits?	X		13/09/2024	A avaliação atuarial realizada com data focal no exercício anterior não apontou déficit atuarial.	Em caso de déficit apontado pela avaliação atuarial, adotar as medidas propostas para cobrir os déficits.	Diretoria Financeira e Assessoria de Investimentos
5	Os integrantes do Regime Próprio são exclusivamente titulares de cargos efetivos?	X		16/09/2024	Em sua maioria, os servidores lotados no Instituto são oriundos de concurso público, seja do próprio Instituto ou da Administração Direta, exceto por 01 (um) Cargo em Comissão Externo.	Garantir que a maior parte do quadro de funcionários do instituto seja constituída por profissionais exclusivamente titulares de cargos efetivos.	Diretoria de Recursos Humanos

6	Há registro contábil individualizado das contribuições dos servidores e dos entes patrocinadores?	X		13/09/2024	Há registro contábil individualizado das contribuições do servidor e patronal dos entes municipais nos sistemas integrados de gestão, nos quais é possível acessar e consultar os demonstrativos referentes às contribuições.	Em caso da não observância do registro, adotar medidas para implementação do registro contábil individualizado.	Diretoria Financeira
7	Há participação de representantes dos servidores nos colegiados e instâncias de decisão?	X		16/09/2024	Os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal são compostos de servidores ativos dos Poderes Executivo e Legislativo, bem como representantes dos servidores inativos.	Assegurar a participação de representantes dos servidores nos colegiados e instâncias de decisão.	Diretoria de Recursos Humanos
8	Os benefícios concedidos não diferem dos previstos no regime geral da previdência social?	X		23/09/2024	Os benefícios concedidos pelo RPPS se limitam às aposentadorias e pensões por morte, nos termos da legislação em vigor	Garantir que os benefícios concedidos não difiram dos previstos no regime geral da previdência social.	Procuradoria
9	Quantos servidores se aposentaram?	X		23/09/2024	Os atos de aposentadoria são publicados no Boletim Oficial de Angra dos Reis e no portal do Angraprev. No período de janeiro a agosto de 2024, foram concedidas 59 aposentadorias.	Assegurar que os pedidos de aposentadoria sejam concedidos em conformidade com o manual de concessão de aposentadorias do Angraprev, de forma que os processos sejam avaliados da forma mais ágil possível, para o devido envio ao órgão de controle externo.	Diretoria de Benefícios
10	Quantas pensões foram concedidas?	X		23/09/2024	Os atos de concessão de pensões são publicados no Boletim Oficial de Angra dos Reis e no portal do Angraprev. No período de janeiro a agosto de 2024, foram concedidas 23 pensões.	Assegurar que os pedidos de pensões sejam concedidos em conformidade com o manual de concessão de pensão do Angraprev, de forma que os processos sejam avaliados da forma mais ágil possível, para o devido envio ao órgão de controle externo.	Diretoria de Benefícios
11	Existe conta específica para o fundo previdenciário, distinta da conta geral do Município?	X		13/09/2024	Extratos bancários referentes às contas nº 48-8 da Caixa Econômica Federal, destinada ao gerenciamento dos recursos do Plano Previdenciário, e nº 69100-3 do Banco Bradesco, para o gerenciamento dos recursos do Plano Financeiro.	Realizar a segregação bancária e contábil das contas.	Diretoria Financeira

12	A aplicação dos recursos está de acordo com as normas do Conselho Monetário Nacional Resolução CMN nº 4.963/2021?	X		13/09/2024	Nos relatórios analíticos de investimento disponibilizados mensalmente, é possível verificar que as alocações de recursos estão em conformidade com os limites estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.963/2021.	Em caso de desenquadramento em relação ao disposto na Resolução CMN nº 4.963/2021, adotar medidas para promover a readequação.	Assessoria de Investimentos
13	Os recursos previdenciários foram utilizados para empréstimos de qualquer natureza?	X		13/09/2024	Não foram utilizados.	Não há.	Diretoria Financeira
14	Houve aquisição de títulos públicos do Governo Federal?	X		13/09/2024	Houve aquisição de títulos públicos federais com rentabilidade indexada ao índice oficial da inflação com vencimentos nos anos de 2027 e 2035, optando-se pela forma de contabilização de marcação a mercado. Os títulos foram adquiridos com taxa de remuneração significativamente acima de nossa meta atuarial estipulada para o período. As aquisições estão previstas em atas de reuniões do Comitê de Investimentos. As justificativas e demais informações sobre a aquisição estão disponíveis nos Demonstrativos de Aplicação e Investimentos de Recursos (DAIR) dos respectivos meses de compra.	Não há.	Assessoria de Investimentos
15	Está sendo aplicada a Portaria nº 916/2003 devidamente atualizada na sua contabilização?	X		23/09/2024	A Portaria nº 916/2003 está sendo aplicada e os lançamentos estão sendo feitos conforme necessidade.	Observar corretamente a Portaria nº 916/2003.	Diretoria de Contabilidade e Orçamento

16	A Autarquia realizou gastos administrativos dentro do limite de 2,4% aplicado sobre o somatório da base de cálculo das contribuições dos servidores vinculados ao RPPS, relativo ao exercício anterior examinado?	X		17/09/2024	A execução orçamentária e financeira da despesa administrativa está dentro do limite estabelecido para o exercício, conforme relatórios dos pagamentos efetuados no decorrer do ano.	Planejamento orçamentário e realização do controle dos gastos administrativos a fim de mantê-los dentro do limite estabelecido por lei.	Diretoria Financeira
17	As contribuições e os recursos do RPPS foram utilizados, exclusivamente, em benefícios previdenciários, exceção às despesas administrativas, inclusive no caso de extinção do Regime Próprio?	X		23/09/2024	As contribuições e os recursos do RPPS estão sendo utilizados, exclusivamente, em benefícios previdenciários e despesas administrativas, em estrita conformidade com as disposições legais vigentes, conforme evidenciado nos demonstrativos contábeis.	Destinar as contribuições e recursos do RPPS exclusivamente ao custeio de benefícios previdenciários, excetuando-se as despesas administrativas.	Diretoria de Contabilidade e Orçamento
18	O regime próprio mantém seus segurados informados quanto à sua gestão?	X		13/09/2024	O Angraprev mantém um portal oficial que disponibiliza notícias e outros conteúdos relacionados à sua gestão, além de realizar anualmente uma audiência pública.	Manter informações atualizadas sobre a gestão do Angraprev no site oficial e realizar audiência pública anual.	Diretoria de Tecnologia da Informação
19	Os recursos provenientes da compensação financeira estão sendo utilizados somente para pagamento de benefícios previdenciários, inclusive no caso de extinção do Regime Próprio?	X		23/09/2024	Os recursos provenientes da compensação financeira estão sendo utilizados somente para pagamento de benefícios previdenciários, em estrita conformidade com as disposições legais vigentes, conforme evidenciado nos demonstrativos contábeis.	Utilizar os recursos provenientes da compensação financeira somente para pagamento de benefícios previdenciários.	Diretoria de Contabilidade e Orçamento

20	Os atos concessórios dos benefícios de aposentadoria e pensão estão sendo encaminhados ao TCE/RJ?	X		18/09/2024	É utilizado o Módulo da Deliberação 260 do TCE/RJ para envio dos atos de concessão de aposentadorias e pensões.	Assegurar que todos os processos de aposentadorias e pensões sejam concedidos em conformidade com o Manual de Concessão de Aposentadorias e/ou Pensões do Angraprev, de forma que o prazo para envio para o TCE/RJ seja cumprido.	Diretoria de Benefícios
21	Os atos de revisão das aposentadorias por invalidez e pensões delas decorrentes sofreram a revisão requerida pela Emenda Constitucional 70, de 2012, tendo sido comunicados os Atos ao TCE/RJ por meio do Sistema SIGFIS?	X		18/09/2024	As aposentadorias por invalidez e pensões delas decorrentes foram revisadas, de acordo com a EC Nº 70/2012, sendo os atos revisados e encaminhados ao TCE/RJ, por meio de ofício físico, conforme constam comprovantes nos processos revisados, como por exemplo o processo 2010023740.	Não aplicável.	Diretoria de Benefícios
22	Foi firmado convênio com o Ministério da Previdência Social para fins de compensação financeira?	X		18/09/2024	CONVÊNIO/MPAS/INSS/MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS/2000. PROCESSO Nº 44000.002540/2000-40.	Assegurar que toda aposentadoria e/ou pensão que tenham sido concedidas com utilização de tempo do RGPS ou de outro RPPS, seja objeto de pedido de compensação previdenciária, dentro dos prazos estabelecidos pela legislação vigente.	Diretoria de Benefícios
23	A base cadastral está atualizada?		X	16/09/2024	O arquivo do último censo não foi compatível com o sistema de folha de pagamento.	Em 2025 será realizado novo censo e um dos requisitos para contratação da empresa é de que o arquivo seja compatível para importação nos sistemas de folha de pagamento utilizados no Instituto.	Diretoria de Recursos Humanos

24	A política anual de investimentos e suas revisões é disponibilizada aos seus segurados e pensionistas? Está publicada?	X		13/09/2024	A Política de Investimentos 2024 do Angraprev está disponível no portal oficial do instituto, juntamente com todas as políticas de investimentos publicadas a partir de 2014. Além disso, essa política foi divulgada no Boletim Oficial do Município de Angra dos Reis nº 1801, de 12 de dezembro de 2023.	Assegurar que a Política de Investimentos seja revisada e aprovada por todas as partes interessadas, incluindo o Conselho Administrativo do Angraprev, verificar a atualização no site oficial e promover a publicação no Boletim Oficial, garantindo sua ampla divulgação.	Assessoria de Investimentos
25	O <u>responsável pela gestão dos recursos</u> detém certificação de capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais em conteúdo mínimo na PORTARIA DESATUALIZADA. Nova portaria: Portaria MTP nº 1.467/2022 de 02 de junho de 2022, alterada pela Portaria MTP nº 3.803 de 16 de novembro de 2022 (Art. 78, III)	X		13/09/2024	O responsável pela gestão dos recursos possui certificação profissional e cursos de capacitação na área de investimentos, conforme evidenciado no site oficial do instituto: https://transparencia.angraprev.rj.gov.br/conselhos/2?tipo=11	Buscar o aumento da qualificação e aperfeiçoamento profissional na área de investimentos.	Assessoria de Investimentos
26	O CRP (Certificado de Regularidade Previdenciária) está vigente?	X		05/09/2024	O último CRP foi emitido em 09/08/2024 com validade até 05/02/2025.	Manter o CRP sempre atualizado.	Assessoria de Investimentos
27	Todos os critérios do CRP estão com posição "regular"?	X		05/09/2024	Em consulta ao CADPREV, todos os critérios se encontravam regulares.	Cumprir os critérios do CRP para manter a regularidade.	Assessoria de Investimentos
28	Foram firmados acordos de parcelamento?	X		17/09/2024	Não foram firmados acordos de parcelamento no período analisado.	Continuar com o acompanhamento dos valores de contribuição previdenciária a receber.	Diretoria Financeira

		Item regular?					
Item n° 2: Transparência		S	N	Data verificada	Evidência	Plano de Ação	Setor Resp.
1	A entidade regulamentou a Lei de Acesso à Informação? O regulamento encontra-se disponível na Internet?	x		19/09/2024	Existe ferramenta específica disponibilizada aos detentores da informação para publicação automática no site. As informações ficam disponibilizadas no link: https://transparencia.angraprev.rj.gov.br/acessoinformacao	Regulamentar a Lei de Acesso à Informação.	Diretoria de Tecnologia da Informação
2	No regulamento estão previstos: forma de classificação das informações quanto ao grau de sigilo; responsabilização no caso de condutas ilícitas e instância recursal para os casos de pedidos de acesso à informação negados ou insatisfeitos?	x		19/09/2024	Existe ferramenta específica disponibilizada aos detentores da informação para publicação automática no site. As informações ficam disponibilizadas no link: https://transparencia.angraprev.rj.gov.br/acessoinformacao	Prever no regulamento a forma de classificação das informações quanto ao grau de sigilo, responsabilização no caso de condutas ilícitas e instância recursal para os casos de pedidos de acesso à informação negados ou insatisfeitos.	Diretoria de Tecnologia da Informação
3	Criou o “Portal de Transparência”? É de fácil localização?	x		16/09/2024	Existe o Portal da Transparência próprio do RPPS através do link: https://www.angraprev.rj.gov.br/portal-transparencia/ Foi disponibilizada ferramenta específica aos detentores da informação para que as informações sejam lançadas automaticamente no Portal. Além disso, os dados do Angraprev são divulgados no Portal de Transparência da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, que é de fácil localização no site oficial da prefeitura: https://www.angra.rj.gov.br/transparencia.asp?indexsigla=transp , sobretudo informações que são geridas em Sistemas centralizados pela Administração Direta (PMAR)	Manter as informações atualizadas no Portal da Transparência.	Diretoria de Tecnologia da Informação

4	Os conteúdos de transparência são acessados por meio de um único portal?	x		16/09/2024	Todos os conteúdos (diárias, passagens, remuneração dos servidores, contratos, entre outros) são divulgados em um único portal.	Divulgar todos os conteúdos de transparência em um único portal.	Diretoria de Tecnologia da Informação
5	O registro das competências e estrutura organizacional foi disponibilizado?	x		16/09/2024	A estrutura organizacional se encontra no site oficial > Institucional > Quadro Funcional > Organograma e as competências se encontram nas leis disponibilizadas em Transparência > Legislação > Leis Municipais.	Divulgar os registros quanto às competências e estrutura organizacional.	Diretoria de Tecnologia da Informação
6	Há divulgação de endereços, telefones e horários das unidades de atendimento?	x		16/09/2024	O endereço, telefone, e-mail e horário de atendimento estão divulgados no site oficial do instituto, na parte inferior.	Conferir ampla divulgação aos meios de contato e horários de atendimento do Angraprev.	Diretoria de Tecnologia da Informação
7	Há divulgação da remuneração individualizada por nome do agente público com dados sobre os vencimentos, descontos, indenizações e valor líquido?	x		16/09/2024	Em razão da Folha de Pagamentos ser feita em Sistema da Administração Direta (PMAR), a divulgação da remuneração individualizada por nome dos ativos, aposentados e pensionistas é feita em https://angra.prodataweb.inf.br/sig/app.html#/transparencia/transparencia-folha-pagamento/ http://172.16.0.20/sig/app.html#/transparencia/transparencia-folha-pagamento/ . São divulgados: rendimento normal, 13º, férias, rescisão, descontos e valor líquido.	Manter divulgação da remuneração individualizada por nome do agente público.	Diretoria de Tecnologia da Informação
8	A entidade, em sua página eletrônica, mostra, receitas arrecadadas e a espécie de despesa que está sendo realizada, desagregada esta informação em cifra monetária, nome do fornecedor e, se for o caso, o tipo da licitação realizada, tudo em conformidade com o art. 48-A da Lei de Responsabilidade Fiscal?	x		19/09/2024	Existe ferramenta específica disponibilizada aos detentores da informação para publicação automática no site. As informações ficam disponibilizadas no link https://www.angraprev.rjgov.br/portal-transparencia/ - no menu Receitas e Despesas Além disso, em razão da execução orçamentária ser feita em Sistema da Administração Direta (PMAR), as receitas e despesas são listadas em tempo real no link https://angra.rj.gov.br/transparencia usando como filtro a GESTÃO 24 (ANGRAPREV)	Garantir a publicidade das receitas arrecadadas e a espécie de despesa que está sendo realizada.	Diretoria de Tecnologia da Informação

9	Foi disponibilizada a prestação de contas do exercício anterior?	x		23/09/2024	Disponibilizada no link https://www.angraprev.rj.gov.br/portal-transparencia/ - no menu LRF e Prestação de Contas.	Divulgar as prestações de contas anteriores no site oficial do instituto.	Diretoria de Tecnologia da Informação
10	Os relatórios resumidos da execução orçamentária, demonstrativos e de gestão fiscal exigidos pela LRF encontram-se divulgados?	x		19/09/2024	Existe ferramenta específica disponibilizada aos detentores da informação para publicação automática no site. As informações ficam disponibilizadas no link https://www.angraprev.rj.gov.br/portal-transparencia/ - no menu LRF e Prestação de Contas.	Divulgar os relatórios resumidos da execução orçamentária, demonstrativos e de gestão fiscal exigidos pela LRF.	Diretoria de Tecnologia da Informação
11	As peças orçamentárias vigentes (PPA, LDO e LOA) e seus anexos encontram-se disponíveis?	x		23/09/2024	Existe ferramenta específica disponibilizada aos detentores da informação para publicação automática no site. As informações ficam disponibilizadas no link https://www.angraprev.rj.gov.br/portal-transparencia/ - no menu LRF e Prestação de Contas.	Manter disponível as peças orçamentárias vigentes (PPA, LDO e LOA) disponíveis no site oficial.	Diretoria de Tecnologia da Informação
12	O site possibilita a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, abertos e não proprietários?	x		19/09/2024	As ferramentas de relatórios do site permitem exportações nos formatos <i>xls</i> , <i>csv</i> , <i>json</i> , <i>txt</i> , <i>doc</i> , <i>pdf</i> .	Permitir a gravação de relatórios em diferentes formatos eletrônicos.	Diretoria de Tecnologia da Informação
13	As informações são atualizadas em tempo real? (dia útil imediatamente anterior).	x		19/09/2024	Existe ferramenta específica disponibilizada aos detentores da informação para publicação automática no site. As informações ficam disponibilizadas no link https://www.angraprev.rj.gov.br/portal-transparencia/ . Além disso, em razão da execução orçamentária ser feita em Sistema de Administração Direta (PMAR), as receitas e despesas são listadas em tempo real no link https://angra.rj.gov.br/transparencia usando como filtro a GESTÃO 24 (ANGRAPREV).	Manter as informações atualizadas.	Diretoria de Tecnologia da Informação
14	O acesso à página de transparência independe de identificação, cadastramento ou senhas?	x		16/09/2024	O acesso à página não necessita de login.	Manter o acesso à Página da Transparência livre, sem necessidade de usuário e senha.	Diretoria de Tecnologia da Informação

15	A página possui linguagem simples, objetiva e compreensível, sem jargões técnicos, siglas ou estrangeirismo?	x		16/09/2024	O Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis possui linguagem simples, é intuitivo e de fácil utilização.	Garantir que o Portal da Transparência possua acesso simplificado.	Diretoria de Tecnologia da Informação
16	Há indicação da autoridade responsável pelo Portal?	x		19/09/2024	O responsável pelo eSic - Serviços de Informações ao Cidadão, se encontra informado na página: https://transparencia.angraprev.rj.gov.br/sic	Indicar a autoridade responsável pelo Portal.	Diretoria de Tecnologia da Informação
17	Criou o Serviço de Informação ao Cidadão (art. 9º da Lei 12.527, de 2011)?	x		16/09/2024	O Serviço de Informação ao Cidadão foi criado e está disponível no site oficial do instituto.	Manter um Serviço de Informação ao Cidadão.	Diretoria de Tecnologia da Informação
18	Há possibilidade de envio de pedidos ao SIC de forma eletrônica? O link do E-Sic eletrônico está disponível no site?	x		16/09/2024	O acesso ao e-SIC é através do site oficial do Angraprev: https://transparencia.angraprev.rj.gov.br/sic , onde é possível enviar solicitações de forma eletrônica.	Permitir o envio de pedidos de informações de forma eletrônica através do SIC.	Diretoria de Tecnologia da Informação
19	Há possibilidade de acompanhamento eletrônico do pedido de acesso? Há possibilidade de entrega de um pedido de acesso à informação de forma presencial?	x		16/09/2024	Há possibilidade de acompanhar de forma eletrônica o pedido de acesso à informação.	Possibilitar o acompanhamento do pedido de acesso de forma eletrônica e/ou presencial.	Diretoria de Tecnologia da Informação
20	Os atos estão sendo publicado no sítio da autarquia? Há publicidade das informações no Portal da Transparência?	x		23/09/2024	Existe ferramenta específica disponibilizada aos detentores da informação para publicação automática no site. As informações ficam disponibilizadas no link https://transparencia.angraprev.rj.gov.br/acessoinformacao . Os atos são publicados pela diretoria responsável diretamente no site oficial do instituto. Ademais, as informações pertinentes são divulgadas no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis.	Garantir a plena divulgação dos atos e informações no site oficial e no Portal da Transparência.	Diretoria de Tecnologia da Informação

Item n° 3: Almoxarifado, Bens Patrimoniais		Item regular?		Data verificada	Evidência	Plano de Ação	Setor Resp.
		S	N				
1	Há definição de estoques mínimos? (Obs.: do contrário, tal omissão gera falta de materiais, às vezes fundamentais como os medicamentos e os de enfermagem).		X	16/09/2024	Houve interrupção nos lançamentos no sistema Prodata desde 2018 e as informações estão sendo importadas para o seu reestabelecimento. Foi criada planilha eletrônica que está armazenando histórico de consumo para cálculo de consumo mínimo.	Está em processo de nova importação das informações para o sistema Prodata.	Coordenação de Patrimônio e Suprimentos
2	Os inventários têm sido periodicamente realizados?	X		16/09/2024	O inventário é feito anualmente, com participação da comissão nomeada. No ano de 2024 foi aberto o Processo nº 2024029961 para registro do inventário de bens móveis permanentes.	Realizar o inventário anualmente.	Coordenação de Patrimônio e Suprimentos
3	Há segurança na estocagem dos materiais?	X		16/09/2024	Sim. Mas os materiais estão divididos em 4 locais de armazenamento.	Garantir a segurança dos materiais estocados.	Coordenação de Patrimônio e Suprimentos
4	Há controle de requisições de saída?	X		16/09/2024	Considerando que o gasto com formulários ou papel em vários casos seria mais oneroso que o valor do material requisitado, é feito o controle através de uma planilha, com lançamento diário da saída de materiais. São registradas as seguintes informações: data, material, quantidade, valor e setor requisitante.	Controlar a saída de materiais do almoxarifado.	Coordenação de Patrimônio e Suprimentos
5	Tem sido feita conferência no recebimento de materiais?	X		16/09/2024	A conferência é realizada pelos fiscais do processo no ato do recebimento.	Realizar conferência de todos os materiais recebidos.	Coordenação de Patrimônio e Suprimentos
6	Tem sido feita conferência de validade dos produtos estocados?	X		16/09/2024	O controle da validade dos materiais estocados é feito através de planilha eletrônica.	Realizar o controle da validade de todos os materiais presentes no almoxarifado.	Coordenação de Patrimônio e Suprimentos
7	Em balanços anteriores, fez o Tribunal de Contas específicas recomendações para tal item de atenção?	X		16/09/2024	Não foram feitas.	Atender as recomendações do Tribunal de Contas, sempre que forem realizadas.	Coordenação de Patrimônio e Suprimentos

8	A Gestão Patrimonial Anual foi realizada?	x		16/09/2024	A Gestão Patrimonial é feita através do processo de inventário anual com participação da comissão nomeada.	Realizar a Gestão Patrimonial Anual.	Coordenação de Patrimônio e Suprimentos
---	---	---	--	------------	--	--------------------------------------	---

		Item regular?					
Item nº 4: Licitações e Contratos		S	N	Data verificada	Evidência	Plano de Ação	Setor Resp.
1	Os Editais estão conforme as Súmulas do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro?	x		12/09/2024	Os editais foram elaborados em conformidade com as minutas-padrão disponibilizadas pela Procuradoria Geral do Município de Angra dos Reis.	Redigir os editais em conformidade com as minutas-padrão disponibilizadas pela Procuradoria Geral do Município (PGM), assegurando-se de que as referidas minutas estejam devidamente atualizadas.	Diretoria Administrativa
2	O Plano Anual de contratações está sendo executado? As contratações estão de acordo com o plano anual?		x	12/09/2024	O Angraprev ainda não dispõe de um Plano Anual de Contratações.	O Plano Anual de Contratações para o exercício de 2025 encontra-se em fase de planejamento.	Diretoria Administrativa
3	Houve implantação da Lei Federal n.14.133/2021?	x		12/09/2024	A Lei nº 14.133/2021 foi implementada em janeiro de 2024. Em 19 de janeiro de 2024, foi aberto o primeiro processo sob a vigência da referida lei, Processo nº 2024002669, referente ao pagamento da taxa de lixo, e, desde então, todos os novos processos abertos estão em conformidade com essa legislação.	Assegurar que todos os processos abertos no ano de 2024 em diante sejam conduzidos em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, quando aplicável.	Diretoria Administrativa
4	O objeto da licitação foi bem definido?	x		12/09/2024	Com base na análise dos processos administrativos ao longo de 2024, verifica-se que o objeto da contratação está devidamente definido no termo de referência.	Assegurar que os objetos de contratação sejam claramente especificados, com o nível de detalhamento adequado para evitar eventuais problemas durante o processo de contratação.	Diretoria Administrativa

5	Relativamente à despesa total, tem sido elevado o nível de contratações diretas (dispensas ou inexigibilidades), a indicar desvio do constitucional princípio da licitação?	x		12/09/2024	Dos oito contratos celebrados em 2024, seis foram firmados por meio de dispensa de licitação, com as devidas justificativas presentes nos respectivos processos. No total, foram realizados 12 processos por inexigibilidade e 14 processos por dispensa de licitação.	Assegurar que todos os processos realizados por dispensa ou inexigibilidade de licitação estejam em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e sejam devidamente fundamentados.	Diretoria Administrativa
6	A entidade vem realizando muitos aditamentos contratuais?	x		12/09/2024	No ano de 2024, foram realizados 3 aditamentos contratuais. Evidências: TA 001/2024 – 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 001/2022 do processo nº 2021017780; TA 002/2024 – 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 003/2022 do processo nº 2022014659; e TA 004/2024 – 4º Termo Aditivo ao Contrato nº 002/2020 do processo nº 2019021893.	Após a manifestação de interesse por parte do contratado em renovar o contrato e a avaliação da vantajosidade da renovação pelo instituto, procede-se com a formalização do termo aditivo.	Diretoria Administrativa
7	Nas dispensas licitatórias por valor, faz a entidade pesquisa junto a pelo menos três fornecedores?	x		12/09/2024	Nos processos de dispensa de licitação, observou-se que foi realizada pesquisa com no mínimo três fornecedores, exceto nos casos em que não houve a disponibilidade de três interessados em realizar a cotação. Nestes casos, foram apresentadas pesquisas realizadas com base em outros parâmetros estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021. Evidências: Processo nº 2024011089 – empresa contratada Rio Sul Papéis e Processo nº 2024013914 – empresa contratada DTR Consultoria.	Efetuar a pesquisa com, no mínimo, três fornecedores nos processos de dispensa de licitação em razão do valor.	Diretoria Administrativa
8	Relativas à criação, expansão e aprimoramento da ação governamental, as licitações estão instruídas com estimativa trienal de impacto orçamentário financeiro e por declaração de compatibilidade com o PPA e a LDO (Obs.: do contrário, o gasto é tido não autorizado, irregular e lesivo ao patrimônio público; art. 15	x		12/09/2024	O primeiro processo de licitação do ano de 2024 foi iniciado em 22 de maio de 2024 e ainda se encontra em fase de instrução processual. Todos os processos de despesa, incluindo os de dispensa e inexigibilidade, apresentam a declaração de compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).	Instruir os processos de licitação com a estimativa trienal de impacto orçamentário-financeiro, bem como com a declaração de compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).	Diretoria Administrativa

	da LRF)?						
9	Os contratos ou ajustes têm sido enviados ao Tribunal de Contas quando selecionados e requisitados?	X		12/09/2024	Não foi requisitado o envio de nenhum contrato ou ajuste.	Enviar os contratos ou ajustes ao Tribunal de Contas, quando requisitado.	Diretoria Administrativa
10	A entidade vem informando, ao Tribunal de Contas, as sanções aplicadas a contratados, nos moldes da Lei nº 14.133, de 2021?	X		12/09/2024	No ano de 2024, não foram aplicadas sanções aos contratados.	Informar ao Tribunal de Contas no caso de aplicação de sanções aos contratados.	Diretoria Administrativa
11	Em balanços anteriores, fez o Tribunal de Contas específicas recomendações para tal item de atenção?	X		23/09/2024	Não foram feitas.	Atender as recomendações do Tribunal de Contas, sempre que forem realizadas.	Diretoria Administrativa
12	A entidade disponibiliza os editais de licitações e contratos na íntegra?	X		12/09/2024	Os editais de licitações e os contratos são divulgados na íntegra na página oficial do instituto.	Promover a publicidade dos editais de licitações e contratos.	Diretoria Administrativa
13	O site contém as seguintes informações de procedimentos licitatórios: modalidade, data, valor, número/ano e objeto?	X		12/09/2024	As informações estão divulgadas no site oficial: https://transparencia.angraprev.rj.gov.br/portalcompras	Promover a divulgação dos procedimentos licitatórios.	Diretoria Administrativa
14	Os editais de licitação e contratos estão disponibilizados na íntegra no Portal de Transparência?	X		12/09/2024	No ano de 2024 ainda não foi elaborado nenhum edital de licitação pelo AngraPrev. Os contratos se encontram disponibilizados na íntegra no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis.	Disponibilizar os editais de licitação e os contratos na íntegra no Portal da Transparência.	Diretoria Administrativa

15	O parecer jurídico está sendo emitido nos processos?	X		12/09/2024	O parecer jurídico é emitido nos processos de inexigibilidade, licitações e prorrogações contratuais. Evidência: Processo nº 2024018875, referente ao pagamento de inscrição de servidores para o 57º Congresso Nacional da ABIPEM, com parecer jurídico.	Exigir a manifestação do parecer jurídico nos processos em que for necessário.	Diretoria Administrativa
----	--	---	--	------------	---	--	--------------------------

		Item regular?					
Item nº 5: Gestão de Pessoal		S	N	Data verificada	Evidência	Plano de Ação	Setor Resp.
1	No período examinado, qual a oscilação percentual no quadro de pessoal? Quantas admissões ocorreram (por concurso; tempo determinado; cargos em comissão)? Quantas demissões aconteceram?	X		17/09/2024	No período de Janeiro a Agosto/2024, tivemos admissão de 04 (quatro) concursados, 11 (onze) estagiários e 01 (um) cargo em comissão externo e demissão a pedido de 01 (um) concursado, término de contrato de 01 (um) estagiário e demissão de 02 (dois) cargos em comissão externo.	Controlar a oscilação percentual no quadro de pessoal.	Diretoria de Recursos Humanos
2	Os contratados por tempo determinado realizaram processo seletivo, ainda que simplificado? (Obs.: os Tribunais superiores entendem que mesmo os estagiários precisam passar por essa dinâmica seletiva)	X		17/09/2024	Atualmente, só trabalhamos com contratos por tempo determinado no caso de estagiários e estes são contratados a partir de seleção prévia de currículos disponibilizados no banco de dados da empresa contratada CIEE – Centro de Integração Empresa Escola. Evidência: Processo nº 2019019431.	Realizar processo seletivo em caso de contratos por tempo determinado.	Diretoria de Recursos Humanos
3	As informações são enviadas mensalmente pelo E-social?	X		17/09/2024	Todas as informações necessárias são encaminhadas via sistema do E-social.	Garantir o envio mensal das informações necessários no sistema do E-social.	Diretoria de Recursos Humanos

4	No tocante à despesa laboral, emitiu o Tribunal de Contas alerta sobre ultrapassagem de 90% do teto atribuído a cada Poder?	X		17/09/2024	Tais informações são encaminhadas pela Administração Direta.	Não há.	Diretoria de Recursos Humanos
5	Há programa de treinamento de servidores?		X	17/09/2024	Os servidores são treinados pelos chefes imediatos para desempenhar as funções do setor ao qual foi designado, não há um programa de treinamento estabelecido.	Desenvolver um programa de treinamento padrão para novos servidores.	Diretoria de Recursos Humanos
6	Há cargos em comissão não ligados à direção, chefia e assessoramento? Há excesso de cargos em comissão relativamente aos de provimento efetivo?	X		17/09/2024	Atualmente contamos com 20 (vinte) servidores ocupantes de função gratificada e 01 (um) cargo em comissão externo, para o total de 33 (trinta e três) funcionários efetivos. O cargo em comissão é o de Coordenador Técnico de Pró-Gestão e é ligado diretamente ao Diretor-Presidente.	Garantir que não haja excesso de cargos em comissão relativamente aos de provimento efetivo.	Diretoria de Recursos Humanos
7	Os ocupantes de cargos em comissão têm recebido horas extras? (Obs.: entende esta Corte que tal pagamento é irregular).	X		16/09/2024	Não foram encontradas evidências sobre pagamentos de horas extras para servidores em cargo comissão e/ou função gratificada, pois são ilegais conforme legislação vigente.	Garantir que não sejam pagas horas extras para ocupantes de cargos em comissão.	Diretoria de Recursos Humanos
8	As faltas ao serviço são registradas na ficha funcional do servidor?	X		16/09/2024	Todos os afastamentos são lançados em sistema de folha de pagamento.	Registrar na ficha funcional todas as faltas ao serviço.	Diretoria de Recursos Humanos
9	Em balanços anteriores, fez o Tribunal de Contas específicas recomendações quanto a tal item de atenção?	X		18/09/2024	Não foram feitas recomendações.	Atender as recomendações do Tribunal de Contas, quando solicitado.	Diretoria de Recursos Humanos
10	Avaliação da contratação de pessoal (atos de admissão), concessão de progressão, promoção ou desligamento de pessoal	X		17/09/2024	Todos os novos concursados passam por estágio probatório no período de 03 (três) anos.	Avaliar a contratação de pessoal.	Diretoria de Recursos Humanos
11	A folha de pagamento dos segurados é produzida separadamente?		X	17/09/2024	É utilizado o mesmo sistema e setor para elaboração da folha de pagamento dos ativos e segurados.	Não há.	Diretoria de Recursos Humanos

		Item regular?					
Item nº 6: Gestão de Ações Judiciais		S	N	Data verificada	Evidência	Plano de Ação	Setor Resp.
1	O último mapa orçamentário e a anterior dívida judicial estão sendo pagos conforme as mais recentes determinações do Supremo Tribunal Federal – STF? Toda a dívida judicial está devidamente contabilizada no Balanço Patrimonial?	X		23/09/2024	O orçamento com previsão do pagamento de condenações judiciais, inclusive precatórios está registrado em dotação orçamentária própria da Procuradoria-Geral do Município, em decorrência da previsão legal de atuação centralizada da Subprocuradoria Judicial da PGM em processos judiciais.	Não aplicável.	Procuradoria
2	O registro analítico de precatórios contém as seguintes informações: data do ajuizamento, número do precatório, tipo da causa julgada, nome do beneficiário, valor do precatório a ser pago, data do trânsito em julgado, número e data do empenho e data do efetivo pagamento?	X		23/09/2024	O registro dos precatórios é realizado pela Procuradoria-Geral do Município, que detém a atuação centralizada da Administração Direta e Indireta em todos os processos judiciais, inclusive do ANGRAPREV	Não aplicável.	Procuradoria

		Item regular?					
Item nº 7: Despesas		S	N	Data verificada	Evidência	Plano de Ação	Setor Resp.
1	Atendem à específica lei municipal, os dispêndios sob regime de adiantamento?	X		23/09/2024	A concessão, aplicação e prestação de contas de adiantamento a servidor atende ao Decreto nº 13.393, de 24 de janeiro de 2024. O processo de prestação de contas de adiantamento é analisado pela Controladoria Interna com base no decreto citado anteriormente.	Garantir que os dispêndios sob regime de adiantamento atendam à específica lei municipal.	Controladoria Interna
2	Nos processos de prestações de contas de adiantamento, foi observado o Art. 13 do Decreto nº 13.393, de 24 de janeiro de 2024?	X		23/09/2024	Na comprovação do adiantamento foi observado se nos comprovantes da despesa realizada constava o CNPJ e nome do instituto como tomador de serviços, data de aquisição do material ou prestação de serviços, comprovante do recolhimento do saldo do adiantamento, entre outros requisitos estabelecidos no referido decreto.	Realizar a análise de prestação de contas de processos de adiantamento com base na legislação municipal vigente.	Controladoria Interna
3	As Notas de Empenho estão detalhadas até o nível do elemento de despesa?	X		23/09/2024	As Notas de Empenho são detalhadas até o nível do elemento de despesa, conforme evidenciado no Processo nº 2024024608 (Renovação da assinatura do jornal Valor Econômico) e Processo nº 2024006310 (Nova Amitaf – Material de Consumo).	Detalhar a dotação orçamentária nas Notas de Empenho.	Controladoria Interna
4	A liquidação do gasto obedeceu ao que segue: a) O responsável pela liquidação está claramente identificado, mediante aposição de carimbo que revele nome e número de documento oficial (RG ou registro funcional)?	X		23/09/2024	Nos processos administrativos observa-se que o responsável pela liquidação está claramente identificado com a utilização de carimbo com nome, cargo e número da matrícula na Nota de Liquidação; as notas fiscais e os boletos identificam corretamente os prestadores de serviços; em todos os processos, os fiscais são designados pela autoridade	No processo de liquidação do gasto identificar corretamente o responsável pela liquidação, conferir se os recibos de serviços identificam o prestador, garantir que os fiscais sejam designados pela autoridade competente e que as ordens de pagamento sejam assinadas pelo ordenador de despesa.	Diretoria Administrativa

<p>b) Os recibos de serviços identificam o prestador, mediante os seguintes elementos: nome, endereço, RG, CPF, nº. de inscrição no INSS, nº. de inscrição no ISS?</p> <p>c) As obras e serviços de engenharia são recebidos por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado?</p> <p>d) As ordens de pagamento são assinadas pelo ordenador da despesa (art. 64 da Lei nº. 4.320, de 1964)?</p>				<p>competente e essa designação é publicada através de portaria no Boletim Oficial do Município de Angra dos Reis; e a Ordem para Processamento de Liquidação e Pagamento é assinada pelo ordenador de despesa.</p> <p>Evidências: Processo nº 2024022419 – Contratação de seguro veicular e Processo nº 2024006945 – Aquisição de material de expediente.</p>		
---	--	--	--	--	--	--

		Item regular?		Data verificada			
		S	N		Evidência	Plano de Ação	Setor Resp.
Item nº 8: Controle Interno							
1	O controle interno elaborou o plano anual de auditoria?	X		18/09/2024	A Controladoria Interna do Angraprev elaborou o Plano Anual de Auditoria, que foi finalizado em 13/08/2024.	Elaborar o Plano Anual de Auditoria.	Controladoria Interna
2	O Plano anual foi encaminhado ao Dirigente do órgão	X		18/09/2024	O Plano Anual de Auditoria foi encaminhado para ciência e aprovação do Diretor-Presidente do Angraprev pelo processo SEI-2024-23000152, tendo sido aprovado no dia 18/09/2024.	Encaminhar o Plano Anual de Auditoria ao Dirigente do órgão.	Controladoria Interna

3	O plano anual foi apresentado ao Conselho de Administração?	X		24/09/2024	O Plano Anual foi submetido ao Conselho de Administração para apreciação e posterior aprovação, com o objetivo de viabilizar sua publicação e divulgação no site oficial.	Providenciar a publicação e divulgação do Plano Anual de Auditoria.	Controladoria Interna
4	O plano anual está sendo executado?	X		18/09/2024	O Plano Anual está sendo executado e futuramente os resultados serão publicados no site oficial do instituto.	Executar o Plano Anual de Auditoria.	Controladoria Interna
5	As verificações mensais do controle estão sendo realizadas e divulgadas?	X		18/09/2024	O Controle Interno realiza verificações mensais, cujos resultados são publicados no relatório trimestral. O relatório mais recente refere-se ao 2º trimestre de 2024 e está disponível no site oficial: https://transparencia.angraprev.rj.gov.br/publicacoes/1152 .	Realizar verificações mensais de controle e proceder com sua divulgação.	Controladoria Interna

		Item regular?					
item nº 9: Conselhos (Fiscal e de Administração)		S	N	Data verificada	Evidência	Plano de Ação	Setor Resp.
1	A remuneração foi fixada por Lei?	X		12/09/2024	A remuneração para ambos os Conselhos foi estabelecida na Lei nº 4.037, de 21 de dezembro de 2021. Conselho Fiscal – Art. 10, § 13 Conselho de Administração – Art. 7, § 13	Garantir que a remuneração esteja fixada em lei.	Diretoria Administrativa

2	Os pagamentos das remunerações foram pagos em acordo com a Lei?	X		12/09/2024	Os pagamentos foram efetuados conforme o disposto na legislação vigente, a qual estabelece que o montante deve corresponder a 70% da tabela salarial atual dos servidores da PMAR – Nível Básico – Referência 103, sendo limitado a um jeton mensal, independentemente da quantidade de reuniões realizadas. O pagamento é restrito aos conselheiros titulares e seus suplentes, quando convocados, mediante a participação efetiva nas reuniões dos respectivos conselhos.	Assegurar que o pagamento seja realizado em conformidade com a legislação vigente, utilizando-se a tabela salarial devidamente atualizada.	Diretoria Administrativa
3	Possuem qualificações (experiência profissional e conhecimentos técnicos) para exercício da função?	X		23/09/2024	Todos os titulares dos Conselhos (Fiscal e de Administração) possuem certificação e experiência profissional para o exercício da função. As certificações estão disponibilizadas no site oficial do instituto.	Garantir que todos os integrantes dos Conselhos possuam experiência profissional e conhecimento técnico para o exercício de suas funções.	Diretoria Administrativa

		Item regular?					
Item nº 10: Comitê de Investimentos		S	N	Data verificada	Evidência	Plano de Ação	Setor Resp.
1	Há Comitê de Investimentos criado e que participa das decisões quanto à formulação e execução da política de investimentos nos termos da Resolução CMN nº 3.922/2010, artigo 1º, §2º, e Portaria SEPRT/ME nº 9.907, de 14 de abril de 2020?	X		13/09/2024	O Angraprev dispõe de um Comitê de Investimentos, cujas atribuições estão detalhadas na Lei nº 4.037, de 21 de dezembro de 2021. O Comitê possui um regimento interno e participa ativamente da formulação da Política de Investimentos, em conjunto com a consultoria contratada. Além disso, o Comitê aprova a referida política e executa os investimentos com base em suas diretrizes.	Garantir que o Comitê de Investimentos participe das decisões quanto à formulação e execução da Política de Investimentos.	Assessoria de Investimentos

2	As reuniões do Comitê são registradas em Atas?	X		13/09/2024	As reuniões, ordinárias e extraordinárias, do Comitê são registradas em Atas e divulgadas no site oficial do instituto: https://transparencia.angraprev.rj.gov.br/conselhos/2?tipo=1	Registrar as reuniões do Comitê em Atas e garantir a divulgação das mesmas.	Assessoria de Investimentos
3	Possuem qualificações (experiência profissional e conhecimentos técnicos) para exercício da função?	X		13/09/2024	Todos os integrantes do comitê possuem certificação profissional na área de investimentos, experiência, formação de nível superior e o conhecimento técnico necessário para o desempenho de suas atribuições, conforme evidenciado nos documentos disponíveis no site oficial do instituto: https://transparencia.angraprev.rj.gov.br/conselhos/2?tipo=11	Buscar o aumento da qualificação e aperfeiçoamento profissional na área de investimentos.	Assessoria de Investimentos
4	Os investimentos realizados no exercício em exame estão aderentes à política de investimentos traçada?	X		13/09/2024	Nos relatórios analíticos de investimento disponibilizados mensalmente, é possível verificar que os investimentos de recursos estão, em linhas gerais, aderentes à Política de Investimentos para o exercício de 2024.	Adotar medidas para aumentar a aderência à Política de Investimentos traçada para o exercício de 2024.	Assessoria de Investimentos
5	O responsável pela gestão dos recursos do RPPS é habilitado?	X		13/09/2024	O responsável pela gestão dos recursos do RPPS é graduado em Administração, pós-graduação em Gestão Pública Municipal, MBA em RPPS e possui as seguintes certificações: CP RPPS CGINV II, CPA-10 e CPA-20. Ademais, o mesmo apresentou as certidões judiciais negativas, comprovando sua habilitação jurídica.	Garantir que o gestor de recursos do Angraprev possua a devida habilitação e certificação.	Assessoria de Investimentos

		Item regular?					
Item n° 11: Ouvidoria		S	N	Data verificada	Evidência	Plano de Ação	Setor Resp.
1	Houve divulgação das manifestações de Ouvidoria?	x		12/09/2024	O conteúdo das manifestações não é divulgado ao público. No entanto, é publicado no site oficial um relatório de ouvidoria que contém a quantidade de manifestações, os temas mais frequentes e os resultados da pesquisa de satisfação.	Garantir que os dados fornecidos nas manifestações sejam tratados com respeito à privacidade, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), e promover a divulgação das atividades realizadas pela ouvidoria do instituto.	Ouvidoria
2	O Núcleo de Ouvidoria emitiu o relatório mensal?		x	12/09/2024	Os relatórios são realizados de forma mensal, porém são divulgados semestralmente no site oficial do Angraprev.	Promover a publicação de relatório mensal de ouvidoria.	Ouvidoria
3	Os canais de Ouvidoria estão divulgados?	x		12/09/2024	Sim, os canais de ouvidoria se encontram divulgados no site oficial: https://transparencia.angraprev.rj.gov.br/ouvidoria	Promover a divulgação dos canais de ouvidoria e garantir o fácil acesso.	Ouvidoria
4	Avaliar o Serviço de Ouvidoria: Houve manifestação? Foram respondidas? Houve reincidência?	x		12/09/2024	No primeiro semestre de 2024, foram registradas 915 manifestações por meio do "Fale Conosco", além de aproximadamente 690 ligações, 140 atendimentos via web chat e uma média de 1.450 atendimentos presenciais. Todas as manifestações foram devidamente recebidas e encaminhadas ao setor responsável, quando necessário. As manifestações registradas no "Fale Conosco" foram respondidas, em média, no prazo de 48 horas úteis. Não foram identificadas reincidências.	Promover um atendimento humanizado, garantindo a fornecimento de informações de forma rápida e clara.	Ouvidoria

		Item regular?					
Item n° 12: Programas		S	N	Data verificada	Evidência	Plano de Ação	Setor Resp.
1	O Programa de Certificação Pró-Gestão RPPS foi planejado e implementado? Está em vigor?	X		23/09/2024	O Angraprev alcançou o nível II do Pró-Gestão em 01 de setembro de 2021 por meio de auditoria realizada pelo Instituto de Certificação Qualidade Brasil - ICQ Brasil. Em 05 de Janeiro de 2023, o instituto foi certificado no nível III e o certificado possui validade até 22/12/2025.	Realizar as ações necessárias para a manutenção do programa Pró-Gestão.	Coordenação de Pró-Gestão
2	Foram realizadas ações para aperfeiçoamento da Política de Segurança da Informação	X		19/09/2024	Foi estabelecido canal de comunicação com os servidores, através de aplicativo de mensagens, para elucidação de dúvidas, orientações e divulgação de situações suspeitas.	Realizar ações para aperfeiçoar a Política de Segurança da Informação.	Diretoria de Tecnologia da Informação

		Item regular?					
Item n° 13: Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial		S	N	Data verificada	Evidência	Plano de Ação	Setor Resp.
1	Foram prestadas informações ao SIGFIS para subsidiar a Análise de Balanços?	X		23/09/2024	Essas informações são prestadas de forma mensal.	Cumprir deliberação do Tribunal de Contas referente ao SIGFIS.	Diretoria de Contabilidade e Orçamento
2	Qual a situação do resultado da execução orçamentária dos três últimos exercícios?	X		23/09/2024	O resultado da execução orçamentária é consolidado mês a mês.	Cumprir deliberação do Tribunal de Contas.	Diretoria de Contabilidade e Orçamento
3	Qual a situação do saldo patrimonial?	X		23/09/2024	O saldo patrimonial se encontra consolidado.	Cumprir deliberação do Tribunal de Contas.	Diretoria de Contabilidade e Orçamento
4	Qual é a Avaliação Atuarial? Houve divulgação?	X		17/09/2024	A última avaliação atuarial (database: 31/12/2023) apontou déficit atuarial, havendo uma mudança de superávit	Planejar e adotar medidas para equacionamento do déficit atuarial, conforme recomendações apontadas	Diretoria Financeira e Assessoria de investimento

					atuarial para déficit atuarial no Plano Previdenciário em relação ao exercício anterior. O relatório de avaliação atuarial está disponível para leitura no sítio eletrônico da unidade gestora do RPPS.	no relatório de avaliação atuarial.	
--	--	--	--	--	---	-------------------------------------	--

12. QUADRO II – DETALHAMENTO DAS ATIVIDADES DE APOIO – CRONOGRAMA ANUAL 2024

ID	Descrição	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Atividades de Apoio													
1	Acompanhamento das fiscalizações realizadas pelo Controle Externo	Conforme as fiscalizações realizadas pelos Órgãos de Controle Externo											
2	Elaborar Normatização dos Procedimentos executados pelo ANGRAPREV	Conforme necessidade de normatização dos procedimentos executados, para adequação de alterações (revisões) e para atender aos requisitos do Programa de Certificação Pró-Gestão RPPS											
3	Orientações aos servidores, membros dos Conselhos, da Diretoria Executiva do ANGRAPREV	As orientações serão realizadas conforme as demandas apresentadas											